



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

## TERMO DE REFERÊNCIA

### INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objetivo descrever os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para subsidiar o processo licitatório, demonstrando sua viabilidade e conveniência. Seu conteúdo dependerá da natureza da solução a ser licitada, sendo mais complexo e minucioso na medida em que a contratação assim exigir. Ele será elaborado com base nas informações constantes do Estudo Técnico preliminar.

### 1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

**1.1** Contratação de Seguro Multirrisco para os Imóveis do CREA-SP diante da necessidade de a Administração prevenir-se contra eventuais danos causados por sinistros, face à necessidade de manter o patrimônio do Conselho devidamente protegido, evitando possíveis prejuízos para a Administração cujos prejuízos possam causar dispêndio ao erário, bem como a aquisição se faz necessária por tratar-se de serviço continuado por demonstrar essencialidade e habitualidade para o CREA-SP.

### 2 - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**2.1** A contratação se justifica pela necessidade da Administração se resguardar, por intermédio de indenização, dos possíveis danos que possam ocorrer nos prédios das Sedes e Unidades deste Regional, assim como nos bens móveis e estoques de propriedade do Crea-SP, resultante de uma situação inesperada, cujos prejuízos possam causar dispêndio ao erário.

**2.2** O atual Contrato para o seguro multirrisco teve sua vigência encerrada em 30.11.2022, e não foi prorrogado, o que faz necessário aprovisionar o presente serviço para evitar danos ao erário do Conselho.

**2.3** Não será admitida a participação na presente licitação de MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE- EPP, tendo em vista que os valores assegurados não se enquadram nestas modalidades.

### 3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

**3.1** Contratação de empresa de seguro caracterizado como "Seguro Multirrisco", o qual engloba as modalidades: Incêndio, Roubo/Furto, Responsabilidade Civil Geral e Garagista, Vidros e Danos Elétricos para Imóveis de propriedade/uso do CREA-SP, incluindo edificações, estacionamento/garagens, bem como equipamentos e móveis contemplando as Sedes (Unidades Próprias e Locadas).

**3.2** Em busca da melhor adequação técnica, dos serviços a serem adquiridos, os itens foram dispostos em lotes distintos, conforme as regiões em que se encontram e a dificuldade na aceitação do risco pelas seguradoras, definindo-se os seguintes agrupamentos, tendo-se por critério de julgamento das propostas o menor preço por lote:

#### Lote 1:

Local 01 – Sede Faria Lima – Prédio

Local 02 – Sede Faria Lima – Pousatempo e Unidades Administrativas

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – Pinheiros – São Paulo –SP

Local 03 – Sede “UGI Centro” Nestor Pestana- (sobreloja) – único pavimento

Endereço: Rua Nestor Pestana, 87 – sobreloja – Centro – São Paulo

Local - 5 – Sede “Rebouças” nº 1.028 (prédio)



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Endereço: Avenida Rebouças, 1028 – Cerqueira César – São Paulo

Local - 6 – Sede “Rebouças” nº 1.006 (casa)

Endereço: Avenida Rebouças, 1006 – Cerqueira César – São Paulo

#### **Lote 2:**

Local – 7 – Sede “Angélica”

Endereço: Avenida Angélica, 2330/2364 – andares térreo ao 4º – Consolação - São PauloSP

#### **Lote 3:**

Local – 4 – Sede “Barra Funda” (galpão)

Endereço: Rua José Gomes Falcão, 120 A/B – Barra Funda – São Paulo

#### **Lote 4:**

Local – 8 – Sede “Campinas”

Endereço: Avenida Monte Castelo, 368 – Jardim Proença – Campinas/SP

Local 09 – “UGI São José dos Campos”

Endereço: Rua Dr. Orlando Feirabend Filho, 37 – Jardim Aquarius – SJCampos/SP

Local 10 – “UGI Ourinhos”

Endereço: Avenida Armando Silva, 210 – Distrito Industrial – Ourinhos/SP

Local 11 - “UGI Limeira”

Endereço: Rua Santos Dumont, 93 – Bairro Cidade Jardim – Limeira/SP

Local 12 – “UGI Santos”

Endereço: Avenida Ana Costa, 14 – Vila Mathias – Santos/SP

Local 13 – UGI Piracicaba – imóvel locado

Endereço: Rua Antonio Maniero, 177 – Bairro São Dimas – Piracicaba/SP

## **4 - DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÕES**

### **4.1 - Especificações Técnicas**

**4.1.1** Emitir as apólices no prazo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato.

**4.1.2** As apólices deverão indicar expressamente o valor da franquia que representa parte do prejuízo que deverá ser arcado pelo Conselho, sendo que o sinistro não superar a franquia não haverá indenização.

**4.1.3** Entregar as apólices de seguro, que é a prova de existência do Contrato, documento exclusivo e obrigatório do segurado, em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota de Empenho e Pagamento de Serviços.

**4.1.4** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários no objeto do Contrato, durante a vigência contratual até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65º, § 1º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo que nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos, salvo para as supressões resultantes de acordo com o celebrado entre as partes.

**4.1.5** Efetuar a indenização para liquidação de eventual sinistro, mediante a entrega dos documentos comprobatórios, no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Na hipótese de não cumprimento, arcará com multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da indenização em atraso.

**4.1.6** Possuir a autorização da Superintendência de Seguros – SUSEP para a venda e operação de planos de Seguro.

**4.1.7** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco do dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

**4.1.8** Os planos ofertados deverão estar de acordo com as Resoluções da SUSEP e Atos Normativos.

**4.1.9** Os bens móveis, imóveis e equipamentos eventualmente adquiridos após a assinatura do Contrato também estarão cobertos pela apólice, sem qualquer ônus adicional para o Crea-SP.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**4.1.10** O Crea-SP, sem prejuízo da cobertura do seguro objeto deste certame, poderá remanejar equipamentos, móveis ou utensílios entre os andares ou edificações cobertos pela apólice de seguros.

**4.1.11** O pagamento da indenização referente ao conteúdo dos edifícios segurados, em caso de sinistro, deverá ser realizado com base no inventário de bens, feito pela Unidade de Administração de Serviços e Suprimentos - UASS deste Regional.

**4.1.12** As coberturas das apólices de seguros referentes ao objeto deste Contrato dever-se-ão primeiro a risco absoluto, respondendo a CONTRATADA integralmente pelos prejuízos ocorridos e cobertos até o limite das importâncias seguradas.

## 4.2 - Natureza do Serviço

**4.2.1** Será adotado o critério de **MENOR PREÇO** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste Termo de Referência.

**4.2.2** Os serviços a serem contratados enquadram-se na categorias de serviços comum, nos termos da Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontrada no mercado, podendo, portanto ser adquirido através de Pregão Eletrônico.

**4.2.3** Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra, pois visa o atendimento das necessidades do Crea-SP, de forma contínua, ou seja, pode ser estendido por mais de um exercício financeiro. A interrupção dos serviços objetos da contratação podem afetar o erário do CREA-SP.

**4.2.4** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no Artigo. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.

**4.2.5** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta

## 4.3 - Critérios de Sustentabilidade

**4.3.1** Não se aplica.

## 4.4 - Prazo de Execução

**4.4.1** O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no Artigo 57º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993.

**4.4.2** A execução do serviço será iniciada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

## 4.5 - Transição Contratual

**4.5.1** Não se aplica, pois não haverá transmissão de conhecimento ao término do contrato para outra empresa ou mesmo para colaboradores internos do CREA-SP.

## 5 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

**5.1** Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

cumpridas todas as formalidade e exigências contratuamente.

**5.2** Exercer a fiscalização dos serviços prestados.

**5.3** Informar à CONTRATADA, por meio de Ofício, quaisquer falhas verificadas na execução contratual.

**5.4** Prestar as informações e os esclarecimento pertinentes, por escrito, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

**5.5** Permitir, dentro das normas internas, o livre acesso dos funcionários do licitante vencedor em suas dependências, para fins de realizar a vistoria, bem como para avaliação de eventuais danos ocorridos com bens móveis e imóveis segurados.

**5.6** Informar à CONTRATADA sempre que houve inclusão, exclusão, acréscimo e/ou reformas que venham a modificar o valor de cada imóvel.

**5.7** Fornecer todas as informações e esclarecimentos formalmente solicitados, bem como documentos e condições necessárias para o bom e fiel cumprimento da prestação do serviço. Rejeitar a prestação de serviços objeto deste certame por terceiros sem autorização.

**5.8** Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência.

**5.9** Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à consecução do objeto do Contrato.

**5.10** Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**5.11** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

## 6 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

**6.1** Emitir as apólices no prazo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do Contrato.

**6.2** As Apólices deverão indicar expressamente o valor da franquia que representa parte do prejuízo a ser arcado pela Administração, sendo que se o sinistro não superar a franquia, não haverá indenização.

**6.3** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários no objeto do Contrato, durante a vigência contratual até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo que nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos, salvo para as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

**6.4** Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham incidir, direta e indiretamente.

**6.5** Manter, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições de habilitação.

**6.6** Não transferir a outrem, na forma do inciso VII, do Artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

**6.7** Não usar o nome do Crea-SP ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.

**6.8** Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes penalidades de multas que lhe sejam aplicadas por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

**6.9** Elaborar apólice condizente com as exigência deste Termo de Referência para que não haja conflito de disposições, o que, caso ocorra, prevalecerá o disposto neste instrumento licitatório.

**6.10** Pagar ao Crea-SP a indenização dos prejuízos sofridos e despesas incorridas devidamente comprovadas, decorrentes dos riscos cobertos e relativos aos bens segurados, até o limite das importâncias seguradas, bem como outras importâncias que forem estipuladas.

**6.11** Comunicar imediatamente, por escrito, ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 6.12** Designar preposto, informando o nome, telefone e e-mail, o qual se reportará diretamente ao Gestor e Fiscal do Contrato, para acompanhar e responder pela execução do contrato.
- 6.13** Efetuar vistorias, caso seja necessário, em todos locais dos imóveis.
- 6.14** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização de trabalho de menor de dezoito anos no trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 6.15** Prestar qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo Crea-SP ou seus prepostos.
- 6.16** Conduzir os trabalhos com estrita observância à normas da legislação pertinente, cumprindo às determinações dos Poderes Públicos e nas melhores condições de segurança e disciplina.
- 6.17** Submeter previamente e por escrito, a este Regional, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações de Termo de Referência.
- 6.18** Possuir autorização das Superintendência de Seguros – SUSEP para a venda e operação de planos de Seguro.
- 6.19** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pelas fiscalizações os seguintes documentos:
- 6.19.1** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 6.19.2** Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - 6.19.3** Certidões que comprovem regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital ou Municipal do domicílio ou Sede da CONTRATADA;
  - 6.19.4** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 6.19.5** Certidão de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 6.20** Serão exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 6.21** Os planos ofertados deverão estar de acordo com as Resoluções da SUSEP e Atos Normativos.
- 6.22** A responsabilidade da CONTRATADA é integral para o serviço contratado nos termos do Código Civil Brasileiro.
- 6.23** Responsabilizar-se pelo cumprimento dos requisitos definidos pela Lei Federal nº 13.309, de 17 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), no que se refere a tratamento de dados pessoais, à proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- 6.24** Executar os serviços utilizando para isso mão de obra de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas, de forma que os serviços atinjam o fim especificado.

## 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### 7.1 - Rotinas de Execução

- 7.1.1** Os serviços serão executados de forma indireta pelo **regime de empreitada por preço global**.
- 7.1.2** Deverá ser emitida uma Apólice para cada localidade, com exceção dos Locais "1" e "2", que deverá ser emitida Apólice única.
- 7.1.3** A cobertura deve ser iniciada na data da assinatura do Contrato.
- 7.1.4** A CONTRATADA deverá emitir as apólices no prazo de 15 (quinze) dias, contados a assinatura do Contrato.
- 7.1.5** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

(sessenta) meses, conforme disposto no Artigo 57, em seu Inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**7.1.6** Toda e qualquer modificação necessária, inclusive acréscimos e supressões, só será admitida com prévia autorização da Administração, através de Ofício encaminhado e posterior autorização de fiscalização responsável pela execução do Contrato.

**7.1.7** Para liquidação do sinistro, a CONTRATADA efetuará indenização, mediante a entrega dos documentos comprobatórios, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**7.1.8** Ocorrendo a hipótese de não cumprimento do item anterior, a CONTRATADA arcará com multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da indenização em atraso.

**7.1.9** Deverá ser emitida uma Apólice para cada uma das edificações seguradas, devendo constar na referidas Apólices, no mínimo, o seguinte:

**7.1.9.1** Nome e endereço do Segurado;

**7.1.9.2** Número da Apólice;

**7.1.9.3** Início e fim do período de vigência da Apólice, indicando dia, mês e ano;

**7.1.9.4** Identificação e descrição de cada edificação com suas devidas especificações;

**7.1.9.5** Indicação dos valores de cobertura para cada edificação, compreendendo "Danos Materiais";

**7.1.9.6** Indicação da cobertura adicional, em caso de incêndio, raio e explosão, com valor limite de indenização da cobertura contratada, e franquia de 10% (dez por cento) dos prejuízos; e

**7.1.9.7** Informação do Prêmio Líquido a ser pago sobre cada cobertura.

**7.1.10** A franquia é considerada obrigatória, observado, no entanto, o seguinte:

**7.1.10.1** Do imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Imobiliários – IOF

**7.1.10.2** O Crea-SP é uma Autarquia Federal na forma prevista no Artigo 80 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que goza da imunidade tributária prevista no Artigo 15, em seu Inciso VI, "a" e § 2º da Constituição Federal, de 1988, motivo pelo qual não se submete à incidência de **IOF**, conforme dispõe o Artigo 2º, § 3º, do Decreto Federal nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

## 7.2 - Mecanismos Formais de Comunicação entre a Contratada e a Administração

**7.2.1** No prazo máximo de até 05 (cinco) dias da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá informar nome, telefone e e-mail de contato de preposto para comunicação e notificação, bem como esclarecimento de dúvidas de quaisquer natureza quanto aos serviços contratados.

**7.2.2** A CONTRATADA, quando necessário, deverá se reportar à Unidade de Administração de Serviços e Suprimentos – UASS (fiscalização administrativa e técnica) deste Regional.

## 7.3 - Forma de Pagamento em Função dos Resultados

**7.3.1** O pagamento será efetuado em 01 (uma) única parcela, mediante apresentação pela CONTRATADA da Apólice de Seguro **de cada imóvel**, e da Nota Fiscal/Fatura, em até 15 (quinze) dias após a entrega dos referidos documentos, desde que recebida no prazo não inferior a 10 (dez) dias de antecedência do vencimento, os quais deverão ser entregues na Sede Faria Lima do Conselho, na Unidade de Administração de Serviços e Suprimentos – UASS, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – 4º andar – Pinheiros – CEP 01452-920 – São Paulo/SP.

**7.3.2** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**7.3.3** A retenção dos tributos que foram devidos em decorrências do presente Contrato será de responsabilidade deste Regional, e será retido do pagamento efetuado à CONTRATADA.

**7.3.4** A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos:

**7.3.4.1** Apólice de Seguro **de cada imóvel**, conforme solicitado no subitem 7.3.1;



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**7.3.4.2** Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal, que abrange também a prova de regularidade relativa ao Sistema de Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito – CND, conforme Portaria nº 358, de 05 de setembro de 2014 e 1.751, de 02 de outubro de 2014;

**7.3.4.3** Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e

**7.3.4.4** Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011 e à Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1.470/2011.

**7.3.5** Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA caso seja constatada a falta de regularidade dos subitens acima, ficando o pagamento suspenso até sua efetiva regularização, sem que isto implique qualquer ônus para o Crea-SP.

**7.3.6** A nota fiscal de conter, no mínimo, as seguintes informações:

**7.3.6.1** Razão Social;

**7.3.6.2** CNPJ;

**7.3.6.3** Endereço do Crea-SP;

**7.3.6.4** Número do Contrato;

**7.3.6.5** Descrição dos serviços prestados conforme objeto contratual; e

**7.3.6.6** Valor dos encargos incidentes e total cobrado do Crea-SP.

**7.3.7** O Conselho verificará a regularidade prevista nos subitens acima, por ocasião do recebimento a Nota Fiscal/Fatura.

**7.3.8** A Nota Fiscal/Fatura será analisada, minimamente, quanto aos itens a seguir descritos:

**7.3.8.1** Correlação entre valores indicados na Nota Fiscal/Fatura e o da proposta da empresa;

**7.3.8.2** Ausência de emendas ou rasuras na Nota Fiscal/Fatura;

**7.3.8.3** O correto preenchimento dos dados do Crea-SP (nome, CNPJ, dados contratuais) e da discriminação dos serviços;

**7.3.8.4** Pertinência dos cálculos aritméticos da Nota Fiscal/Fatura – o valor total deverá corresponder ao somatório dos valores individuais lançados na mesma;

**7.3.8.5** Correlação entre o valor da nota fiscal e os valores empenhados;

**7.3.8.6** Correlação entre o CNPJ da CONTRATADA e o constante na proposta e na nota de empenho; e

**7.3.8.7** Verificação de autenticidade quando se tratar de Nota Fiscal Eletrônica.

**7.3.9** O Conselho efetuará retenção de impostos eventualmente incidentes sobre o valor do serviço, conforme previsto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e anexo.

**7.3.10** Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições atingidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário.

**7.3.11** A CONTRATADA é responsável pelos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre os serviços contratados.

**7.3.12** O pagamento com o devido "**atesto**" pelo funcionário competente, condicionado este ato à conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

**7.3.13** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

**7.3.14** Será considerada a data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.3.15** Antes de efetuar o pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições da habilitação exigidas no Edital.

**7.3.16** Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência,



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

**7.3.17** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos Órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.3.18** Persistindo a irregularidade, o Crea-SP deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

**7.3.19** Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

**7.3.20** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade contratante, não será rescindido o Contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

## 8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 8.1 - Metodologia/Formas de Avaliação da Qualidade e Adequação da Solução às Especificações Funcionais e Tecnológicas

**8.1.1** Os serviços serão avaliados pelo Fiscal Técnico e/ou Gestor do Contrato, com base nas especificações constantes deste Termo de Referência.

## 9 - PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

**9.1** A fiscalização ficará sob a responsabilidade da Unidade de Administração de Serviços e Suprimentos – UASS.

**9.2** O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços consistem na verificação da conformidade da prestação dos mesmos, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, que serão exercidos por uma ou mais representantes da Administração, especialmente designado, na forma dos Artigos 67 e 79 da Lei Federal nº 8.66, de 21 de junho de 1993.

**9.3** O representante do Conselho deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato.

**9.4** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal Técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**9.5** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**9.6** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**9.7** Durante a execução do objeto, o Fiscal Técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**9.8** O Fiscal Técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**9.9** O Fiscal Técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**9.10** Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação de serviços realizada.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**9.11** O representante do Crea-SP deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do Artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**9.12** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**9.13** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus seus agentes e prepostos, de conformidade com o Artigo 70 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10 - Bens e Serviços					
Lote	Bem/Serviço	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Seguro Multirriscos - Local 1 e 2 - Sede Faria Lima	1	Unidades	8.454,5	8.454,53
	Seguro Multirriscos - Local 5 – Sede Rebouças, 1.028	1	Unidades	4.171,99	4.171,99
	Seguro Multirriscos UGI CENTRO Local 3 - Sede Nestor Pestana	1	Unidades	2.114,16	2.114,16
	Seguro Multirriscos - Local 6 - Sede Rebouças, 1006	1	Unidades	663,62	663,62
Total do lote (R\$):					15.404,29
2	Seguro Multirriscos - Local 7 - Sede Angélica	1	Unidades	9.138,26	9.138,26
Total do lote (R\$):					9.138,26
3	Seguro Mutirriscos - Local 4 - Sede Barra Funda	1	Unidades	5.738,68	5.738,68
Total do lote (R\$):					5.738,68
4	Seguro Multirriscos - Local 11 - Sede Limeira	1	Unidades	519,29	519,29
	Seguro Multirriscos - Local 9 - Sede São José dos Campos	1	Unidades	1.247,79	1.247,79
	Seguro Multirriscos - Local 8 – Sede Campinas	1	Unidades	882,57	882,57
	Seguro Multirriscos - Local 10 – Sede Ourinhos	1	Unidades	1.080,83	1.080,83
	Seguro Multirriscos - Local 12 - UGI Santos	1	Unidades	783,09	783,09
	Seguro Multirriscos - Local 13 - UGI Piracicaba	1	Unidades	475,86	475,86
Total do lote (R\$):					4.989,41
Valor Total (R\$)					35.270,64

11 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Contratação de empresa de seguro caracterizado como "Seguro Multirriscos" para 11 (onze) imóveis de propriedade do CREA-SP e 02 (dois) locados (UGI Santos e UGI Piracicaba), devendo ser emitidas 12 apólices.

As importâncias a serem seguradas forma definidas com base nas informações recebidas da Unidade de Recursos Materiais – URM/UASS.

Os imóveis a serem segurados foram determinados pela SUPADF e SUPFIS em processo anterior L-41/2019 e processo L-0072/2020.

As coberturas foram ajustadas arredondando-se o valor.

Para determinação do valor, foram observados os seguintes critérios: valor do imóvel, valor dos móveis vinculados,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

características do imóvel (ex. existência de elevador, quantidade de funcionários, localização, existência de segurança privada, entre outros).

O risco para bens móveis foram classificados entre 2,50% e 50%, sendo o risco mínimo para imóveis com segurança 24h e acesso controlado e o risco máximo para imóveis com acessos de maior vulnerabilidade e/ou sem segurança noturno.

Os valores de cobertura de responsabilidade civil foram estabelecidos entre R\$ 25.000,00 e R\$ 200.000,00, levando-se em consideração a circulação diária de pessoas.

**a) Dos locais – 01 e 02 da “Sede Faria Lima”**

Local – 1 – “Sede Faria Lima” (prédio)

Local – 2 – “Sede Faria Lima” (loja) – (Poupatempo e Unidades Administrativas)

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – Pinheiros – São Paulo -SP

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	34.148.290,50
Remoção de escombros	1.120.681,66
Máquinas, Equipamentos de CPD - Informática, Móveis e utensílios	7.310.229,20
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	40.579.201,34
Vidros	280.170,42
Danos elétricos	280.170,42
Responsabilidade Civil Geral	224.136,34
Responsabilidade Civil Garagista (incêndio e roubo)	168.102,26
Roubo e furto qualificado de bens (2,5%)	134.481,81

**a. 1 – Metragem dos vidros e áreas ocupada nos locais 01 e 02:**

Área de ocupação de veículos na garagem superior	150,00m <sup>2</sup>	10 vagas
Área de ocupação de veículos na garagem inferior	190,35m <sup>2</sup>	09 vagas
Área aproximada de Loja, incluindo área comum e estacionamento em frente ao Imóvel sendo 06 vagas para veículo e 01 vaga para estacionamento de até 06 motocicletas	1.407,37m <sup>2</sup>	07 vagas
Área de ocupação de veículos em frente a portaria		02 vagas
Quantidade de vidros do Local 01 (aproximadamente)	1.158,00m <sup>2</sup>	
Quantidade de vidros do Local 02 (aproximadamente)	103,00m <sup>2</sup>	

**b. Do local 03 – Sede “UGI Centro” Nestor Pestana- (sobreloja) – único pavimento**

Endereço: Rua Nestor Pestana, 87 – sobreloja – Centro – São Paulo

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	6.443.919,49
Máquinas, móveis e utensílios	495.149,18
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	6.939.068,66
Vidros	128.878,40
Danos elétricos	56.034,09
Responsabilidade Civil Geral	56.034,09
Roubo e furto qualificado de bens (5%)	24.757,47



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

b.1 Metragem dos vidros do local 03

A Sede “Nestor Pestana” possui 547m<sup>2</sup> de vidros, aproximadamente.

c. Do Local – 4 – Sede “Barra Funda”(galpão)

Endereço: Rua José Gomes Falcão, 120 A/B – Barra Funda – São Paulo

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	38.220.847,61
Máquinas, móveis e utensílios	5.910.985,19
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	44.900.260,55
Mercadoria	768.427,77
Danos elétricos	67.240,91
Responsabilidade Civil Geral	112.068,17
Roubo e furto qualificado de bens (5%)	336.204,50
Vendaval/destelhamento	409.048,81

c.1 Metragem do Local 4

· O valor aplicado na cobertura “edifício” refere-se a um galpão com área construída em chapa de zinco de aproximadamente 1.000,00m<sup>2</sup>.

· Área total do terreno 10.520m<sup>2</sup>

d. Do Local - 5 – Sede “Rebouças” nº 1.028 (prédio)

Endereço: Avenida Rebouças, 1028 – Cerqueira César – São Paulo

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	14.314.466,70
Máquinas, móveis e utensílios	661.146,36
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	14.975.613,02
Vidros	224.136,34
Danos elétricos	224.136,34
Responsabilidade Civil Geral	112.068,17
Roubo e furto qualificado de bens (10%)	66.114,65

e. Do Local - 6 – Sede “Rebouças” nº 1.006 (casa)

Endereço: Avenida Rebouças, 1006 – Cerqueira César – São Paulo

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	2.469.982,36
Máquinas, móveis e utensílios	150.264,74
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	2.620.247,09
Danos elétricos	145.679,41
Responsabilidade Civil Geral	28.017,05
Roubo e furto qualificado de bens (10%)	15.026,48



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

e.1 - Área do Local 06

- Área total ..... 727,50m<sup>2</sup>
- Área construída ..... 525,70m<sup>2</sup>
- Garagem e rampa de acesso ..... 201,80m<sup>2</sup>

f. Do Local – 7 – Sede “Angélica”

Endereço: Avenida Angélica, 2330/2364 – andares térreo ao 4º – Consolação - São Paulo

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	45.854.931,00
Máquinas, móveis e utensílios	1.538.956,15
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	47.393.887,13
Danos elétricos	3.586.181,28
Responsabilidade Civil Geral	112.06817
Roubo e furto qualificado de bens (10%)	76.947,83

f.1 - Área do Local 07

- Área privada total ..... 2.849,62m<sup>2</sup>
- ..... Centro Técnico/cultural 1.168,58m<sup>2</sup>
- ..... Auditório e administração. 1.681,04m<sup>2</sup>

g. Do Local – 8 – Sede “Campinas”

Avenida : Monte Castelo, 368 – Jardim Proença – Campinas - SP

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	662.322,86
Máquinas, móveis e utensílios	216.401,33
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	878.724,18
Vidros	11.206,83
Danos elétricos	11.206,83
Responsabilidade Civil Geral	28.017,05
Roubo e furto qualificado de bens (10%)	108.200,67

g.1 - Área do Local 08

- Área do terreno ..... 330,00m<sup>2</sup>
- Área privativa ..... 219,00m<sup>2</sup>
- Área de vidros ..... 50,00m<sup>2</sup>

h. Do Local – 9 – Sede “UGI São José dos Campos”

Endereço: Rua Dr. Orlando Feirabend Filho, 37 – Jardim Aquarius – São José dos Campos - SP

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	3.520.061,07
Máquinas, móveis e utensílios	216.921,73
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	3.736.982,78
Vidros	36.422,16
Danos elétricos	36.422,16
Responsabilidade Civil Geral	28.017,05



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Roubo e furto qualificado de bens (50%)	108.460,87
---	------------

h.1 - Área do Local 9

- Área do terreno .....581,10m<sup>2</sup>
- Área privativa .....758,55m<sup>2</sup>
- Área de vidros ..... 109,54m<sup>2</sup>

i. Do Local – 10 – Sede “UGI Ourinhos”

Endereço: Avenida Armando Silva, 210 – Distrito Industrial – Ourinhos - SP

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	2.073.591,32
Máquinas, móveis e utensílios	63.280,50
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	2.136.871,81
Vidros	22.413,64
Danos elétricos	22.413,64
Responsabilidade Civil Geral	28.017,05
Roubo e furto qualificado de bens (50%)	31.640,26

i.1 - Área do Local 10

- Área do terreno .....1.659,02m<sup>2</sup>
- Área privativa .....353,77m<sup>2</sup>
- Área de vidros .....50,00m<sup>2</sup>

j. Do Local – 11 – Sede “UGI Limeira”

Endereço: Rua Santos Dumont, 93, Bairro Cidade Jardim – Limeira - SP

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	284.653,15
Máquinas, móveis e utensílios	54.177,81
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	338.830,95
Vidros	5.603,42
Danos elétricos	5.603,42
Responsabilidade Civil Geral	28.017,05
Roubo e furto qualificado de bens (50%)	27.088,91

j.1 - Área do Local 11

- Área do terreno .....162,07m<sup>2</sup>
- Área privativa .....108,58m<sup>2</sup>
- Área de vidros ..... 11,00m<sup>2</sup>

k. Do Local – 12 – Sede “UGI Santos”(imóvel locado)

Endereço: Avenida Ana Costa, 14 – Vila Mathias – Santos - SP

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	
Máquinas, móveis e utensílios	227.941,13





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	227.941,13
Vidros	
Danos elétricos	
Responsabilidade Civil Geral	28.017,05
Roubo e furto qualificado de bens (50%)	113.959,37

k.1 - Área do Local 12

- Área do terreno .....562,48m<sup>2</sup>
- Área privativa.....399,88m<sup>2</sup>
- Área de vidros..... 100,00m<sup>2</sup>

**I.Do Local – 13 – “Unidade de Gestão de Inspeção Piracicaba”(imóvel locado)**

Endereço: Antonio Maniero, 177 – Bairro São Dimas – Piracicaba - SP

TIPO	Valor Atual (em R\$)
Edifício	
Máquinas, móveis e utensílios	112.488,30
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	112.488,30
Vidros	
Danos elétricos	
Responsabilidade Civil Geral	28.017,05
Roubo e furto qualificado de bens (50%)	56.244,15

l.1 - Área do Local 13

- Área do terreno .....376,17m<sup>2</sup>
- Área privativa.....281,72m<sup>2</sup>
- Área de vidros.....0,00m<sup>2</sup>

**12 - PLANILHA PARA COTAÇÃO DE PREÇO**

O modelo da Planilha para Cotação de Preços, se encontra na aba de Anexos, nomeado como "ANEXO I - PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS".

**13 - FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**13.1** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria prevista na conta nº 6.2.2.1.1.01.04.09.024 – Seguros de Bens Imóveis.

**13.2** Esta contratação será subsidiada pelo orçamento de Gerência de Administração e Finanças – GAF, através do centro de custo 08.03.01.02.01.

**14 - LOCAIS DE ENTREGA**

**14.1** Todas as Apólices deverão ser encaminhadas conforme abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

14.1.1 Unidade de Administração de Serviços e Suprimentos – UASS

Sede Faria Lima

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – 4º andar – Pinheiros – CEP 01452-920 – São Paulo/SP

15 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

REGIME DE EXECUÇÃO	( ) Empreitada	( X ) Preço Global	( ) Preço Unitário
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	( ) Global	( X ) Por Lote	( ) Por Item

15.1 - Qualificação Técnica

15.1.1 Além da habilitação parcial, por meio do SICAF, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

15.1.1.1 Autorização da Superintendência de Seguros – SUSEP para a venda e operação de planos de Seguro.

15.1.1.2 Declaração de vistoria ao local dos serviços emitida pela Administração, ou de que assume os riscos da contratação sem a sua realização. A vistoria poderá ser feita no horários das 09h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00, com agendamento feito com a Unidade de Administração de Serviços e Suprimentos – UASS, pelo telefone 11 3095.6411. Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria, o licitante não poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes para eximir-se das obrigações assumidas.

15.1.2 Tendo em vista a faculdade de realizar vistoria ao local dos serviços, a ausência da Declaração prevista no subitem acima não implicará na desclassificação da licitante vencedora, entretanto ela não poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes para eximir-se das obrigações assumidas.

15.2 - Critérios de Seleção

15.2.1 - Subcontratação

15.2.1.1 Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste certame licitatório.

15.2.2 - Alteração Subjetiva

15.2.2.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam

observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais Cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

15.2.3 - Garantia Contratual

15.2.3.1 Não será exigida a garantia contratual prevista no Artigo 56 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16 - PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

16.1 - Sanções Administrativas

16.1.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 200 a CONTRATADA que:

16.1.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.1.3 Fraudar na execução do Contrato;



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**16.1.1.4** Comportar-se de modo inidôneo;

**16.1.1.5** Cometer fraude fiscal; e

**16.1.1.6** Não manter a proposta.

**16.1.2** A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**16.1.2.1** Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o serviço contratado.

**16.1.2.2** Multa de:

**16.1.2.2.1** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia, e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-execução do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**16.1.2.2.2** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

**16.1.2.3** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**16.1.2.4** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com Órgão, Entidade ou Unidade Administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

**16.1.2.5** Sanção de impedimento de licitar e contratar com Órgão ou Entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

**16.1.3** As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-se dos pagamentos a serem efetuados.

**16.1.4** Também ficam sujeitas às penalidades do Artigo 87, em seus Incisos III e IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as empresas ou profissionais que:

**16.1.4.1** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**16.1.4.2** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

**16.1.4.3** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude dos atos ilícitos praticados.

**16.1.5** Na aplicação de qualquer das penalidade previstas realizar-se-á um processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e subsidiariamente a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**16.1.5.1** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

**16.1.5.2** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.